

LEI Nº 381/2026, de 25 de agosto de 2026.

“Institui a Política Pública Municipal de Alfabetização do Município de Monsenhor Hipólito – PI, estabelece princípios, objetivos, estratégias, metas, mecanismos de avaliação e monitoramento, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO, Estado do Piauí, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, especialmente quanto à iniciativa do processo legislativo, à direção superior da Administração Municipal e à execução das políticas públicas locais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída, como política pública permanente de Estado no âmbito municipal, a Política Pública Municipal de Alfabetização de Monsenhor Hipólito – PI, destinada a assegurar o direito à alfabetização, ao letramento e à alfabetização matemática, com equidade, inclusão e qualidade social.

§ 1º A Política abrangerá prioritariamente as crianças da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com garantia da alfabetização ao final do 2º ano e recomposição das aprendizagens até o final do 5º ano, sem prejuízo das ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

§ 2º A execução desta Lei observará a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação vigente, o Plano Municipal de Educação, a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo do Piauí, a legislação federal relativa ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Decreto Federal nº 11.556/2023, no que couber, a Lei Orgânica do Município de Monsenhor Hipólito - especialmente seus arts. 9º, 10, 19, 57, 79 e 178 a 185 - e demais normas educacionais aplicáveis.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se alfabetização o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, articulado às práticas sociais de leitura e escrita e ao desenvolvimento do raciocínio e da linguagem matemática, respeitadas as etapas de desenvolvimento, as especificidades dos estudantes e a diversidade sociocultural.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º. São princípios e diretrizes da Política Pública Municipal de Alfabetização:

I - garantia do direito de aprender e de ser alfabetizado na idade adequada, com continuidade das oportunidades de aprendizagem ao longo da trajetória escolar;

II - equidade educacional, inclusão, acessibilidade e redução das desigualdades de aprendizagem;

III - respeito à autonomia pedagógica dos professores e das instituições de ensino, ao pluralismo de ideias e às evidências educacionais;

IV - gestão democrática, transparência, participação das famílias e controle social;

- V - valorização e formação continuada dos profissionais da educação;
- VI - planejamento, acompanhamento e intervenção pedagógica orientados por dados e evidências;
- VII - regime de colaboração com a União, o Estado do Piauí e demais instituições parceiras;
- VIII - atenção às especificidades das escolas urbanas e rurais e dos estudantes público-alvo da educação especial;
- IX - articulação intersetorial, quando necessária, com saúde, assistência social, cultura, esporte e proteção integral da criança e do adolescente.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Art. 4º. Constituem objetivos gerais da Política:

- I - assegurar condições pedagógicas, de gestão e de infraestrutura para que todas as crianças desenvolvam aprendizagens essenciais de leitura, escrita e matemática;
- II - garantir a alfabetização das crianças ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, com acompanhamento individualizado dos estudantes que necessitem de apoio adicional;
- III - promover a recomposição e o aprofundamento das aprendizagens do 3º ao 5º ano;
- IV - prevenir a distorção idade-ano, o abandono e a evasão escolar;
- V - ampliar oportunidades de alfabetização para jovens, adultos e idosos, por meio da EJA e de ações complementares;
- VI - institucionalizar uma cultura de avaliação, monitoramento, formação e intervenção pedagógica contínua.

Art. 5º. São objetivos específicos:

- I - elevar progressivamente o percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º ano, tomando como referência os padrões nacionais e estaduais vigentes;
- II - identificar, desde o início do ano letivo, os níveis de aprendizagem de cada estudante e as habilidades ainda não consolidadas;
- III - assegurar planos de intervenção e recomposição para estudantes com defasagens;
- IV - fortalecer a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, valorizando experiências de oralidade, leitura, escrita espontânea, consciência fonológica, literatura, brincadeiras e interações, sem antecipação inadequada da escolarização formal;
- V - garantir formação continuada aos professores, coordenadores, gestores e equipes técnicas;
- VI - assegurar materiais didáticos e pedagógicos diversificados, acervos literários e espaços de leitura;
- VII - fortalecer a participação das famílias no acompanhamento da frequência e da aprendizagem;
- VIII - promover práticas inclusivas e atendimento pedagógico adequado às necessidades específicas dos estudantes;
- IX - utilizar resultados de avaliações internas e externas para orientar decisões pedagógicas, sem finalidade punitiva para estudantes ou profissionais;
- X - registrar, reconhecer e disseminar boas práticas de alfabetização.

CAPÍTULO IV – DOS EIXOS E DAS ESTRATÉGIAS

Art. 6º. A Política será implementada de forma integrada pelos seguintes eixos:

- I - governança e gestão;
- II - formação e valorização dos profissionais;
- III - práticas pedagógicas e recomposição das aprendizagens;
- IV - infraestrutura, materiais e ambientes alfabetizadores;
- V - avaliação e monitoramento;
- VI - equidade, inclusão e busca ativa;
- VII - participação das famílias, reconhecimento e cooperação institucional.

Art. 7º. No eixo de governança e gestão, constituem estratégias:

- I - designar, no âmbito da estrutura existente da Secretaria Municipal de Educação, coordenação responsável pela articulação da Política, sem criação automática de cargo ou função;
- II - manter equipe técnica de acompanhamento pedagógico da alfabetização e da recomposição;
- III - elaborar Plano Anual de Alfabetização, com metas, responsáveis, cronograma e indicadores;
- IV - realizar reuniões bimestrais de análise de resultados por escola e por turma;
- V - articular as ações municipais ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e às políticas estaduais;
- VI - assegurar publicidade dos resultados agregados e das ações, preservados os dados pessoais dos estudantes.

Art. 8º. No eixo de formação e valorização dos profissionais, constituem estratégias:

- I - ofertar formação continuada anual e em serviço para professores alfabetizadores, coordenadores pedagógicos e gestores;
- II - organizar estudos sobre alfabetização, letramento, alfabetização matemática, avaliação, inclusão e recomposição das aprendizagens;
- III - articular as formações municipais às ofertadas pela União, pelo Estado e por instituições de ensino superior;
- IV - promover acompanhamento pedagógico e devolutivas formativas nas unidades escolares.

Art. 9º. No eixo de práticas pedagógicas e recomposição das aprendizagens, constituem estratégias:

- I - adotar referenciais curriculares e orientações pedagógicas comuns à Rede, respeitada a autonomia docente e as necessidades de cada turma;
- II - organizar intervenções por habilidade e nível de aprendizagem, com agrupamentos flexíveis quando pedagogicamente recomendados;
- III - ofertar reforço, recuperação contínua e ações de recomposição, inclusive no contraturno quando houver condições administrativas e orçamentárias;
- IV - garantir rotina de leitura, produção escrita, oralidade, análise linguística e resolução de problemas matemáticos;
- V - produzir planos de acompanhamento individual para estudantes com maiores defasagens;
- VI - articular a alfabetização às práticas de leitura literária, cultura, tecnologia e contextos locais.

Art. 10. No eixo de infraestrutura, materiais e ambientes alfabetizadores, constituem estratégias:

I - manter e ampliar cantinhos, salas ou espaços de leitura, priorizando inicialmente as turmas de alfabetização e, progressivamente, todas as turmas dos anos iniciais;

II - adquirir, receber, selecionar e distribuir materiais didáticos suplementares, jogos, recursos manipuláveis e acervos literários;

III - assegurar recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas quando necessárias;

IV - qualificar os espaços escolares para favorecer leitura, escrita, matemática, interação e aprendizagem.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO MONITORAMENTO

Art. 11. A avaliação da alfabetização terá caráter diagnóstico, formativo, contínuo, cumulativo e orientador da intervenção pedagógica, sendo vedado seu uso isolado para punição, exposição ou ranqueamento individual de estudantes e profissionais.

Art. 12. A Rede Municipal adotará, no mínimo, as seguintes formas de avaliação:

I - avaliação diagnóstica inicial, aplicada preferencialmente nas primeiras semanas do ano letivo, para identificação dos conhecimentos prévios e das habilidades ainda não consolidadas;

II - avaliações formativas periódicas, preferencialmente bimestrais, alinhadas ao currículo e às habilidades prioritárias de Língua Portuguesa e Matemática;

III - avaliação de fluência leitora, quando aplicável à etapa e conforme instrumentos oficiais ou tecnicamente validados, observando precisão, ritmo e compreensão;

IV - acompanhamento processual realizado pelo professor por meio de registros, portfólios, produções, atividades, observação e demais instrumentos pedagógicos;

V - participação nas avaliações externas municipais, estaduais e nacionais aplicáveis, incluindo as vinculadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, ao SAEPI e ao SAEB, conforme seus calendários e públicos;

VI - avaliações de recomposição para verificar a evolução dos estudantes atendidos por intervenções específicas.

§ 1º Os instrumentos deverão ser adequados à etapa, à faixa etária e às necessidades educacionais específicas, asseguradas adaptações, acessibilidade e recursos de apoio aos estudantes que deles necessitem.

§ 2º Na Educação Infantil, o acompanhamento ocorrerá por observação e registros do desenvolvimento e das aprendizagens, sem objetivo de promoção, retenção ou classificação.

Art. 13. Os resultados das avaliações serão analisados em quatro níveis complementares: estudante, turma, escola e Rede Municipal, devendo subsidiar:

I - a identificação das habilidades consolidadas e não consolidadas;

II - a elaboração ou revisão de planos de intervenção pedagógica;

III - a definição de prioridades de formação continuada;

IV - a alocação pedagógica de materiais, apoio técnico e ações de recomposição;

V - o acompanhamento das metas e dos indicadores da Política.

Art. 14. Após cada ciclo avaliativo, a unidade escolar elaborará ou atualizará plano de ação pedagógica, contendo, no mínimo, habilidades prioritárias, estudantes ou grupos que demandam apoio, estratégias de intervenção, responsáveis, cronograma e forma de reavaliação.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação realizará devolutiva técnica às escolas e promoverá acompanhamento sistemático da execução dos planos.

Art. 15. São indicadores mínimos de monitoramento da Política:

- I - percentual de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano;
- II - evolução dos níveis de leitura, escrita e matemática por ano escolar;
- III - percentual de estudantes em recomposição que avançaram nas habilidades prioritárias;
- IV - frequência, abandono, evasão e distorção idade-ano;
- V - participação dos profissionais nas formações continuadas;
- VI - cobertura de espaços de leitura, materiais pedagógicos e ações de apoio;
- VII - diferenças de desempenho entre escolas, territórios e grupos de estudantes, para fins de promoção da equidade.

CAPÍTULO VI – DAS METAS

Art. 16. A Política observará metas progressivas, revistas à luz dos padrões nacionais e dos resultados oficiais:

I - até dezembro de 2026: realizar avaliação diagnóstica e formativa em 100% das escolas dos anos iniciais; instituir o monitoramento municipal; garantir formação continuada a, no mínimo, 50% dos profissionais diretamente envolvidos na alfabetização;

II - até dezembro de 2027: assegurar ações de recomposição em 100% das escolas com defasagens identificadas; universalizar progressivamente os espaços de leitura do 1º ao 5º ano; reduzir em, no mínimo, 70% a proporção de estudantes do 2º ano identificados como não alfabetizados na linha de base municipal de 2026;

III - até dezembro de 2028: alcançar, no mínimo, 90% de crianças alfabetizadas ao final do 2º ano, ou meta superior fixada pelo padrão nacional/estadual; assegurar monitoramento permanente e reduzir desigualdades de aprendizagem entre escolas urbanas e rurais.

§ 1º As metas anuais poderão ser elevadas por ato da Secretaria Municipal de Educação, desde que não haja redução das metas previstas nesta Lei.

§ 2º A linha de base e os indicadores oficiais deverão ser registrados em relatório técnico da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VII – DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 17. Fica instituída a Comissão Municipal de Acompanhamento e Monitoramento da Alfabetização, de natureza consultiva e de acompanhamento, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sem criação de novos cargos, empregos ou funções públicas.

Art. 18. A Comissão será integrada por representantes da Secretaria Municipal de Educação, da gestão escolar, da coordenação pedagógica e dos professores da Rede Municipal, podendo contar, quando pertinente, com representação do Conselho Municipal de Educação e de outros segmentos relacionados à política educacional, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 1º A composição, a forma de indicação, o funcionamento e a designação dos membros serão definidos por ato do Poder Executivo, observadas as competências dos órgãos da Administração Municipal.

§ 2º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada, salvo previsão legal específica.

Art. 19. Compete à Comissão:

- I - acompanhar a execução da Política e o cumprimento das metas;
- II - analisar relatórios e indicadores de alfabetização;
- III - propor aperfeiçoamentos e prioridades de ação;
- IV - contribuir para a transparência e o diálogo com a comunidade escolar;
- V - acompanhar a elaboração do relatório anual de avaliação da Política.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório anual de monitoramento e avaliação, com síntese dos resultados, metas alcançadas, desigualdades identificadas, ações executadas e recomendações para o exercício seguinte.

CAPÍTULO VIII – DA PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS, EQUIDADE E INCLUSÃO

Art. 21. As escolas promoverão ações periódicas de orientação e diálogo com as famílias sobre frequência, desenvolvimento da leitura e da escrita, acompanhamento das atividades e estratégias de apoio à aprendizagem.

Art. 22. A Política assegurará estratégias de equidade e inclusão, com identificação de barreiras à aprendizagem e à participação, adaptações razoáveis, acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado quando cabível e articulação com equipes multiprofissionais e intersetoriais, respeitada a legislação vigente.

CAPÍTULO IX – DAS BOAS PRÁTICAS E PARCERIAS

Art. 23. O Município poderá instituir ações de reconhecimento de boas práticas de alfabetização, sem vinculação automática a vantagem remuneratória, observadas a legislação e a disponibilidade orçamentária.

Art. 24. O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação e parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino superior e entidades legalmente habilitadas para apoio técnico, formativo, avaliativo e pedagógico.

CAPÍTULO X – DO FINANCIAMENTO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As ações previstas nesta Lei serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, transferências voluntárias, programas estaduais e federais e outras fontes legalmente admitidas, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação fiscal.

Art. 26. A implementação desta Lei não implica criação automática de cargos, funções gratificadas, vantagens remuneratórias ou despesas permanentes com pessoal, as quais dependerão de lei específica e do atendimento às exigências orçamentárias e fiscais.

Art. 27. O Anexo Único integra esta Lei e poderá ser detalhado anualmente no Plano Anual de Alfabetização, sem redução das metas e sem alteração dos princípios e objetivos definidos nesta Lei.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, 25 de agosto de 2026.

ANTONIO DJALMA
BEZERRA
POLICARPO:50384503
420

Assinado de forma digital
por ANTONIO DJALMA
BEZERRA
POLICARPO:50384503420

Antônio Djalma Bezerra Policarpo
Prefeito Municipal

Levado a sessão nesta data, Câmara Municipal
de Monsenhor Hipólito em 28 / 08 / 2026

Antônia Elcione Rodrigues
AUXILIAR DA CÂMARA

A ORDEM DO DIA DA SESSÃO DE HOJE
Sala das sessões da Câmara Municipal
de Monsenhor Hipólito, 28 / 08 / 2026

Elfinos de Sá Bezerra
Secretário da Câmara

SANCIONADA
NESTA DATA / /

PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO
DJALMA BEZERRA
POLICARPO:5038
4503420

Assinado de forma digital
por ANTONIO DJALMA
BEZERRA
POLICARPO:50384503420
Dados: 2026.09.01
12:28:42 -03'00'

Aprovado em PRIMEIRA Discussão
por UNANIMIDADE

Sala das Sessões, em 28 / 08 / 2026

Elfinos de Sá Bezerra
Secretário da Câmara

Promulgada nesta data. Publique-se
Registre-se e cumpra-se. Sala das sessões
em, / /

Prefeito Municipal

ANTONIO
DJALMA
BEZERRA
POLICARPO:50
384503420

Assinado de forma
digital por ANTONIO
DJALMA BEZERRA
POLICARPO:5038450
3420
Dados: 2026.09.01
12:29:15 -03'00'

A SANÇÃO

Sala das Sessões, em 28 / 08 / 2026

Antônio Djalma Bezerra Policarpo
Presidente da Câmara

ANEXO ÚNICO

MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Eixo	Ações principais	Indicadores/Evidências	Periodicidade	Responsáveis
Governança	Plano Anual de Alfabetização; coordenação municipal; reuniões bimestrais	Plano publicado/validado; atas e encaminhamentos	Anual / bimestral	SME
Formação	Formação continuada e acompanhamento pedagógico	% de profissionais participantes; carga horária; devolutivas	Bimestral / anual	SME e escolas
Aprendizagem	Rotinas de alfabetização e recomposição	Evolução por habilidade; % alfabetizados no 2º ano	Contínua / bimestral	Escolas e SME
Avaliação	Diagnóstica inicial, formativa bimestral, fluência e externas	Participação; níveis de aprendizagem; evolução	Inicial / bimestral / calendário oficial	SME e escolas
Leitura e materiais	Espaços de leitura, acervos, jogos e materiais	% de turmas atendidas; uso pedagógico	Semestral	SME e escolas
Equidade e inclusão	Acompanhamento individual, acessibilidade e busca ativa	Diferenças de desempenho; frequência; estudantes acompanhados	Mensal / bimestral	Escolas e rede de apoio
Famílias	Reuniões, oficinas e devolutivas	Participação das famílias; registros de ações	Bimestral / semestral	Escolas
Transparência	Relatório anual da Política	Metas alcançadas, desafios e recomendações	Anual	SME e Comissão

ANTONIO DJALMA

BEZERRA

POLICARPO:503845034

20

Assinado de forma digital

por ANTONIO DJALMA

BEZERRA

POLICARPO:50384503420

Antônio Djalma Bezerra Policarpo
Prefeito Municipal